



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS NO BRASIL: da gênese ao contexto pós pandêmico da COVID-19

Bruna Thaiana Gonçalves Xavier Pereira¹
Débora Matiko Hisano de Souza²
Nanci Soares³

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo executar um levantamento histórico a nível mundial e nacional acerca das Políticas Públicas voltadas para a pessoa idosa, realizando uma crítica a mesma para um contexto de pós pandemia da COVID-19.

alavras-chaves: Pessoa idosa; Política pública; Serviço Social.

ABSTRACT

The present research aims to carry out a worldwide and national level survey about the Public Policies aimed at an elderly person, making a critique of it for a post-COVID-19 pandemic context.

Keywords: Elderly person; Public policy; Social Service.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como principal objetivo realizar um levantamento bibliográfico acerca da gênese das políticas públicas voltada para a pessoa idosa em um

¹ Assistente social. Graduada em 2014 pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Atualmente, mestranda da mesma casa. E-mail: brunathaiana@yahoo.com.br.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: debora.matiko@gmail.com.

³ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca. Pós-doutorado pela Universidade de Aveiro - Portugal. Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social do Campus de Franca. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade. E-mail: nancisoares15@gmail.com.

contexto mundial e nacional, buscando de fato conhecer o cenário em que estas foram geradas, possibilitando a compreensão de sua atual conjuntura no Brasil. Uma vez que o artigo foi escrito em meio a uma pandemia da COVID-19 as autoras se propuseram a traçar um paralelo destas políticas, levantando questionamentos e provocações acerca das mesmas para após a pandemia. Foi utilizado o método histórico dialético para análise das bibliografias levantadas, buscando enxergar a universalidade dos fatos refletidas em sua singularidade e entender as mediações que perpassam esses fatos, conseguindo ler a realidade além da imediaticidade, do que está posto, além do senso comum, entendendo o contexto para a criação de tal política, sua necessidade e possibilidades.

Levando em consideração o contexto histórico em que as políticas públicas foram criadas, respeitando seus usuários com sua história, suas particularidades, partindo do princípio de que são portadores de direitos, vimos neste método o melhor a se utilizar por também reconhecer dentro da totalidade os conflitos, os embates sociais que na maioria das vezes é sofrido pelos usuários das políticas, pelas questões impostas por um sistema capitalista, com uma política neoliberal onde o Estado é mínimo, e visa beneficiar a classe dominante.

Para Minayo (2001), o processo de interpretação se constitui por um processo crítico e reflexivo, destacando as determinações históricas e sociais, valorizando as contradições a respeito do objeto de estudo e por fim possibilitando o exercício de práxis do pesquisador.

O artigo será dividido em três etapas, sendo a primeira parte uma breve discussão acerca da gênese das Políticas Públicas no mundo, na segunda etapa o histórico das Políticas Públicas no Brasil, na terceira a contextualização das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa e na conclusão do artigo algumas considerações das autoras acerca dos possíveis rebatimentos da pandemia da COVID-19 na política pública voltada para a pessoa idosa e as influências no trabalho do assistente social. É necessário ressaltar que não se pretende neste artigo exaurir todo o conteúdo, levando em consideração de que o conhecimento é mutável, bem como a realidade não é rígida.

1. GÊNESE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNDO

Durante o século XIX tem-se a consolidação do capitalismo, cuja aceleração e expansão, somadas à ausência de infraestrutura, eclodiram no aprofundamento das diferenças de classes e no aumento da pobreza.

O capitalismo, porém, como um modo de produção antagônico, que traz em seu seio a marca da desigualdade, da posse privada de bens, da exploração da força de trabalho, realizou sua marcha expansionista sob o signo da contradição. Através de um sinuoso percurso, marcado por crises cíclicas, cuja intensidade crescia, à medida que se reproduziam, o capitalismo foi acentuando a diferenciação entre as classes e fazendo do movimento de valorização do capital o movimento fundamental da sociedade burguesa constituída (MARTINELLI, 2005, p.69).

Compreende-se que nesta fase do capitalismo o Estado muda seu papel na sociedade, passando a atuar a favor do capital. “O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os super lucros dos monopólios e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções” (NETTO, 1992, p.21). Algo inerente a este sistema também eram as crises cíclicas.

O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 1988a, p. 192).

Outro motivo para a grande pobreza decorrente neste período era consequência da Lei do cercamento, ocorrida no século XVI, em que:

Os proprietários rurais podiam cercar suas propriedades, impedindo a entrada de camponeses, que se viam assim compelidos a buscar trabalho na cidade, nas florescentes indústrias capitalistas, cujos meios de produção estavam concentrados nas mãos dos donos do capital, a quem precisavam vender sua força de trabalho [...] (MARTINELLI, 2005, p.77).

Outro ponto de extrema importância para a manutenção dos lucros é a existência do exército industrial de reservas, este era formado pela classe trabalhadora que não era absorvida pelo mercado de trabalho, mas que servia, para os capitalistas, como força de manobra para a diminuição dos salários dos trabalhadores empregados.

Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela

proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo ou pelo decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 1988a, p. 195).

Deste modo, o capital dependia dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho para explorar a mão de obra, da mesma maneira que também necessitava dos que não estavam inseridos, o que permitia ainda uma maior exploração, uma vez que o trabalhador se via na dificuldade de exigir um salário melhor, já que o capital poderia despedi-lo e logo em seguida substituí-lo por outro que poderia aceitar um salário ainda menor.

O sistema capitalista tem como base a mais valia, que é basicamente o lucro que os detentores dos meios de produção adquirem através do trabalho não pago aos trabalhadores, deste modo, compreende-se que a riqueza é produzida pelo trabalhador, no entanto, não é dividida com ele.

A expressão ‘questão social’ torna-se efetivamente pública a partir do momento em que os trabalhadores passam a questionar a ordem vigente, por volta do século XVIII. As condições determinantes para sua existência já estavam consolidadas, mas até então permaneciam ocultadas: [...] poderíamos afirmar que a “questão social” na sociedade capitalista tem sua gênese nos problemas sociais a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pré-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental; em definitivo quando a ‘questão social’ torna-se uma questão eminentemente política. Por isso afirmamos que a ‘questão social’ que tem sua raiz na sociedade capitalista deve ser pensada como parte constitutiva dessa sociedade que nos diferentes estágios produz distintas manifestações (PASTORINI, 2007, p.103).

Neste mesmo contexto de grande exploração, do aumento do pauperismo, vemos o surgimento da Questão Social, tendo ela várias expressões como, por exemplo, a fome, o desemprego, entre outras, e é reconhecida com a tomada de consciência dos trabalhadores, que passam a compreender a exploração a qual vivem e exigirem melhores condições de vida e de trabalho, realizando greves, movimentos sociais, o que aos olhos dos capitais e do Estado da época colocavam em risco a “ordem”, bem como o próprio capital.

Diante deste cenário o Estado se vê na necessidade de controlar a questão social, de modo a impedir que o capital fosse prejudicado, criando assim as Políticas Públicas. Em primeiro momento, estas surgem com um cunho coercitivo e punitivo. Segundo Pereira (2008), a pobreza era vista como caso de polícia, possibilitando a Lei dos Pobres

no século XIV, na Inglaterra, (esta, como outras legislações que foram criadas próximas, ou antes, da revolução industrial tinham um cunho coercitivo e punitivo ao não trabalho), esta era uma forma de regulação do Estado, quando este percebeu que as famílias não conseguiam cuidar de “seus pobres”, portanto o Estado passa a punir os pobres, considerando “vagabundagem”. Os que não teriam condições para o trabalho recebiam uma licença para mendigar, mas os demais eram açoitados e encarcerados.

Neste mesmo período, são criadas as Workhouses e as Poorhouses, sendo a primeira destinada aqueles pobres que não trabalhavam com o intuito de trabalhar até a exaustão, os que se recusavam eram levados para as casas de correção, já a segunda era para aqueles compreendidos como “incapazes”, em 1962 até mesmo os “incapazes” são levados para trabalharem até a exaustão. A Lei de Speenhamland surge em 1794, esta,

[...] difere das anteriores, pois tinha um caráter menos repressor. Ela estabelecia o pagamento de um abono financeiro, em complementação aos salários, cujo valor se baseava no preço do pão. Diferentemente das leis dos pobres, a Speenhamland garantia assistência social a empregados ou desempregados que recebessem abaixo de determinado rendimento, e exigia como contrapartida a fixação do trabalhador, pois proibia a mobilidade geográfica de mão de obra (CASTEL, 1998:178 apud BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p.49).

Em 1834 surge uma Nova Lei criada por uma nova comissão real, nesta era ditado os testes de meios que são os critérios para quem seria ou não atendido, além de separar pobres dos indigentes, no entanto, permanece a assistência em troca do trabalho. Segundo Behring e Boschetti (2008), esta lei revoga o que havia sido garantido na Lei Speenhamland, e define os “pobres merecedores” e os “pobres não merecedores” ao atendimento. Em um período em que a questão social está evidente a Europa sofre influências liberais.

Com o predomínio desses princípios ferozmente defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado capitalista, não é difícil compreender qual a resposta dada à questão social no final do século XIX foi sobretudo repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social. Mas mesmo as reformas sociais do período do pós segunda guerra não terão esse caráter. Nesse sentido, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado Liberal e Estado Social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 63).

Em um estado liberal rege a “mão invisível”, que em linhas gerais se trata de um estado com quase nenhuma intervenção econômica, e um Estado mínimo, deste modo, fortalece o capital, mas por outro lado deixa ainda mais expostas as expressões da questão social, o que fez com que os movimentos sociais se fortalecessem.

Para Behring e Boschetti (2008), dois fatos enfraqueceram os argumentos liberais, o primeiro foi o fortalecimento dos movimentos sociais dos trabalhadores, em que forçavam a burguesia “dar os anéis para não perder os dedos”, o segundo “foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais” (PEREIRA, 2008, p.68). Neste período o mercado fora “invadido” por grandes monopólios criando uma grande concorrência internacional. Este é o cenário para a formulação de políticas públicas com um cunho contraditório, pois vem para garantir alguns direitos aos trabalhadores, porém, não os permitem sair da situação em que viviam, sendo, portanto, uma manutenção ao pauperismo.

A primeira iniciativa de uma política social fora de Bismarck na Alemanha em 1883, com a introdução do seguro social, este não fora instituído em todos os países. A intenção era de quando os trabalhadores não conseguissem manter seu sustento por meio do trabalho devido a alguma intercorrência o seguro lhes garantiria. As políticas sociais que surgem com um cunho não punitivo são fruto da pressão estabelecida pelos trabalhadores, portanto, fruto dos movimentos sociais, que só foram possíveis após uma consciência de classe por parte dos trabalhadores. Em 1929 o capital tem uma grande crise, algo inerente ao sistema, no entanto, neste contexto perde sua confiança na auto regulação do mercado, passando a sofrer forte influência do Keynesianismo.

Durante a década de trinta as perspectivas liberais de cortes nos custos de produção dos países desenvolvidos somente aumentaram as taxas de desemprego e de desestruturação social. Em oposição a esta proposta surge a proposta Keynesiana da política de pleno emprego que encontrou a resposta à crise instalada, com o aumento do consumo, das taxas de produtividade (LIMA, 2006, p.42).

Neste contexto, com a pobreza aumentando significativamente, o Estado, procurando manter seu compromisso com a burguesia e procurando controlar a situação, cria as políticas públicas, com um perfil coercitivo e punitivo, visando controlar a questão social.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As políticas públicas no Brasil não surgem de modo muito diferente do ocorrido no mundo, uma vez que também é conquistada através das lutas dos trabalhadores. Uma linha histórica de como as políticas públicas foram se estabelecendo no país pode começar a ser traçada a partir de 1907, quando se tem o direito a sindicatos reconhecidos, pois é no início do século XX, que ocorre a chegada de imigrantes europeus, espanhóis e italianos, que trazem para o Brasil influências de ideais anarquistas e socialistas, iniciando mobilizações por direitos sociais. Em 1923 a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPS) é instituída no Brasil, a partir da Lei Eloy Chaves, apenas para ferroviários e marítimos, tendo em vista que estes mantinham a economia exportadora do café, sendo esta era gerida e financiada pelos próprios trabalhadores. Ainda essa lei surge por medo da burguesia de ter a economia do Brasil parada, uma vez que ocorria no mundo discussões comunistas e greves. Já em 1930, o Ministério do Trabalho, da Educação e da Saúde é criado, em 1932 surge como documento a Carteira de Trabalho.

Em 1933, a CAPS é substituída pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), abrangendo mais algumas categorias profissionais. Neste contexto, a política de saúde nasce atrelada a política de previdência, uma vez que apenas quem contribuía para a previdência e sua família possuía o acesso a esta política, os demais ficavam à mercê da filantropia, associadas às Santas Casas de Misericórdia.

No início da década de 1940, diversas leis se concretizaram em prol das demandas da classe trabalhadora. Em 1941, tem o surgimento do Código de Menores, com um cunho extremamente coercitivo, este é alterado em 1991 com a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), comandada pela primeira dama, Dulce Vargas, instaura-se o primeiro damismo no germen da política de assistência social. Em 1943, tem se a chegada da Consolidação das Leis do Trabalho, após grandes embates por parte dos trabalhadores na luta de anos por direitos trabalhistas.

Em 1964, o Brasil vive uma ditadura militar, esta perdura até a década de 80, período em que grandes movimentos sociais se levantaram, como por exemplo, as "Diretas Já!". Em 1985 tem se o fim da ditadura e em 1988 a promulgação da nova

Constituição Federal, nesta se tem garantido alguns direitos sociais, como o direito à Seguridade Social, abrangendo o direito universal à saúde, a previdência social a quem contribuir e a assistência social para quem dela necessitar.

As políticas públicas foram criadas em meio à contradição, já que são meios utilizados para manter a “ordem vigente” e o sistema capitalista fora de riscos. Apesar disto, entendemos que estas são direitos da população, apesar de não serem a solução para este problema, sendo um problema estrutural, advindo do próprio sistema capitalista, pois a miséria gera lucro, portanto não entendemos, que um Estado de bem estar social, um Estado-providência, que tenha todas as políticas públicas em total vigor, solucione o que de fato é necessário mudar, que é a desigualdade social.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA

Para se chegar ao contexto que as pessoas idosas vivem atualmente no Brasil, foram vividas diversas mudanças a partir do século XX, como por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho (esta era a principal cuidadora das crianças e também das pessoas idosas de sua família), diminuição da fecundidade (o que faz com que as famílias sejam menores), diminuição da mortalidade, aumento das tecnologias, aumento da expectativa de vida, êxodo rural.

Uma das grandes alterações trazida com o capitalismo é a ideologia do capital, esta valoriza o “ter” e não o “ser”. Para Netto e Ponte (1996, p.14) as transformações ocorridas nos valores são “[...] fruto da Revolução industrial, dos avanços tecnológicos dela decorrentes e da valorização excessiva de teses desenvolvimentistas [...]”, dentro da lógica do capital o jovem passa a ter maior valor que a pessoa idosa, por produzir mais e também custar menos.

[...] Para Peixoto (1998), as sociedades capitalistas assimilavam a velhice com a pobreza e com a fase mais decadente da vida do indivíduo. Por ele não ser considerado produtivo, sua força de trabalho não possuía mais valor, fato que contribuía para sua exclusão do mercado de trabalho. Em contrapartida, entre a burguesia industrial e a aristocracia, a velhice era vista como o auge do acúmulo de riquezas e de títulos sociais. Assim, eles não eram denominados ‘velhos’, mas sim idosos (SILVA, 2008, p. 26).

As políticas públicas para a pessoa idosa de modo geral sempre foram deixadas em segundo plano, haja vista a ideologia que permeava a mesma. No Brasil as políticas públicas para esta população sofrem fortes influências internacionais.

Em relação ao envelhecimento, essa influência tem seu marco mais significativo também nas últimas décadas, e os argumentos para essa intervenção estão relacionados aos dados demográficos, como o crescimento das expectativas de vida e da longevidade nos países em desenvolvimento e os riscos para o sistema previdenciário e de assistência médica e social, caso não se invista no envelhecimento ativo, saudável e produtivo. Tal perspectiva implica uma nova imagem do envelhecimento como recurso para a sociedade e familiares, potencializando o idoso através de ações preventivas, educativas e de lazer de modo a torná-lo ativo e saudável por mais tempo, reduzindo os custos de um envelhecimento doentio e marginalizado para o Estado, responsabilizando os idosos, sua família, a sociedade pela proteção social. Essas tendências são comuns às políticas sociais na nova ordem do capital, postas pela ideologia neoliberal. (TEIXEIRA, 2008, p.183).

Em 1982, aconteceu a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Viana. Desta, algumas ações já foram propostas. Já em 1986 fora realizada a primeira conferência Internacional sobre a promoção da saúde, em Ottawa.

Esta conferência causa uma transformação no conceito de saúde, deixando de ser ausência de saúde para ser qualidade de vida.

Em 1991, a ONU teve a sua Assembleia Geral, onde adotou 18 princípios em favor da população idosa, segundo Camarano e Pasinato (2004, p.257) “podem ser agrupados em cinco grandes temas: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade”. Em 2002, ocorreu em Madri, a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, esta traça um plano para o “Envelhecimento Ativo”, em uma parceria entre Estado e Sociedade Civil.

No Brasil as Políticas Públicas voltadas para a pessoa idosa não se iniciaram de maneira separada das lutas dos trabalhadores, iniciando de maneira intrínseca.

As questões relacionadas ao envelhecimento do trabalhador- como problemática social- emergem à cena pública, inicialmente, através das lutas operárias, não como questão autônoma, de lutas por políticas específicas para esse segmento, mas como parte das lutas operárias por melhores condições de vida e de trabalho. Isso porque sua emergência deve- se à constituição do proletariado como sujeito político, à luta para o reconhecimento de seus problemas como decorrentes da ordem capitalista e não de imprevidência ou de cunho individual (TEIXEIRA, 2008, p.153).

Em 1974 tem-se a criação de programas específicos para a pessoa idosa.

A partir de 1973, o Ministério da Previdência Social realiza um estudo exploratório, um diagnóstico da população idosa no Brasil onde comprova o

aumento da população idosa, o qual requer medidas de política social. Em 1974, criam-se leis, programas e projetos voltados para o envelhecimento, tais como: Programa de Assistência ao Idosos (PAI), Projetos de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI). Durante a década de 1970, organizações privadas e públicas intensificam suas ações junto à população idosa (TEIXEIRA, 2008, p.165).

As políticas públicas para a pessoa idosa sofre grande influência do contexto social que o Brasil vive a partir da década de 60, chegando a década de 80 com grandes movimentos sociais, que conduzem para a promulgação da nova Carta Magna de 1988, nesta a grande conquista para as pessoas idosas é o direito a Previdência Social. Em 1990 se tem a promulgação da Política Nacional da Pessoa Idosa, em 1999 é elaborada a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e finalmente em 2003, após grandes mobilizações, é promulgado o Estatuto do Idoso.

Apesar da promulgação destas legislações ainda existe um grande caminho a percorrer até a efetivação das mesmas, apesar de ser uma grande conquista a garantia destas enquanto direito.

CONCLUSÃO

Encerramos o artigo afirmando que não possuímos o objetivo de exaurir todo o conteúdo, além de reafirmar que a realidade é cheia de interfaces e que se faz necessário sucessivas aproximações para compreensão da essência desta realidade.

A garantia das Políticas Públicas para a pessoa idosa é de suma importância para a garantia, em muitas situações, da sobrevivência dos mesmos, não apenas pelo fator idade, mas sim, por serem trabalhadores e em sua maioria, inseridos em um exército industrial de reservas para o capital, exército esse que se faz necessário. Em toda análise de Políticas Públicas é de extrema importância compreendê-las dentro de um contexto social e histórico, para haver maior compreensão da luta de classes que permearam sua conquista, para deste modo, não cairmos na ilusão de estes direitos foram “dados de mão beijada” pelo Estado, Estado este considerado como neoliberal, e sendo assim, não possui a intenção de alterar a situação da população, mas sim de mantê-la, da forma que está.

As lutas por Políticas Públicas voltadas para a pessoa idosa não vem senão agarrada a luta de classe, a luta dos trabalhadores, por este motivo, as autoras trazem o questionamento de como serão estas Políticas Públicas para a população idosa daqui

a vinte ou trinta anos, uma vez que hoje as pessoas idosas colhem frutos das lutas de vinte ou trinta atrás, lutas estas que foram possíveis por existir uma consciência e identidade de classe, algo que os novos processos de trabalho, escancarados com a pandemia do COVID-19, como, por exemplo, a “Uberização do trabalho”, termo utilizado por Antunes e Filgueiras (2020), tem impedido. Esta condição de trabalho através de plataformas digitais aumenta ainda mais as condições de exploração e em contrapartida impede a mobilização destes trabalhadores, impossibilitando a organização desta categoria social. Com a pandemia da COVID-19 ficou claro que o capital está se reinventando e que o Estado, mais do que nunca, tem trabalhado a todo e qualquer custo para diminuir direitos sociais e nós enquanto profissionais, defensores dos direitos da classe trabalhadora precisamos refletir, traçando novas estratégias para que a população idosa de 2030, 2040 não percam os direitos já garantidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008. (biblioteca básica de serviço social; v.2).

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. In: **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Organizado por Ana Amélia Camarano. - Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_16_Cap_08.pdf >. Acesso em: 20/06/2020.

LIMA, Fabiana Cândida Ferreira, **Políticas para os idosos em Franca após Estatuto do Idoso**- Franca: UNESP, 2006, Trabalho de Conclusão de Curso- Serviço Social- Faculdade de História, Direito e Serviço Social- UNESP.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviços Social: Identidade e Alienação**. Ed. Cortez, 9ª Edição, 2005

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992

NETTO M, Ponte JR. **Envelhecimento: desafio na transição do século.** In:Netto M, organizador. Gerontologia. São Paulo: Editora Atheneu; 1996. p. 3-12.

MARX, Karl. **O capital.** v. 1. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988a.

PASTORINI, Alejandra, **A categoria “questão social” em debate.** 2.ed. – São Paulo, Cortez, 2007. – (Coleção questões da nossa época; v.109).

PEREIRA, Potyara A.P. **Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao Welfare State (capítulo II)** In: PEREIRA, Potyara A.P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Soraia Aparecida Oliveira, **Desinstitucionalização: uma proposta de política pública para o envelhecimento** – Franca: UNESP, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso- Serviço Social- Faculdade de História, Direito e Serviço Social- UNESP.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: Implicações para a proteção social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.